



ATA DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 14 DE ABRIL DE 2016.

Compareceram os senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ARNANDO LESSA, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, HEBER SANTANA, HILTON COELHO, JOSÉ TRINDADE, LÉO PRATES e PAULO CÂMARA. Às 9h05, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da décima quinta audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema “Desenvolvimento Político-institucional”. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Geraldo Júnior, presidente da Comissão de Acompanhamento dos Assuntos Referentes ao PDDU e à Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS); vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ); vereador José Trindade; Lídia Santana, coordenadora da Comissão Técnica do PDDU; e Mário Marcelino, membro dessa Comissão. Com a palavra, o senhor presidente saudou a Mesa e os demais presentes, registrou satisfação com a elevada audiência da TV Câmara e lamentou a ausência do vereador Hilton Coelho, solicitante desta audiência para discussão do Título IX do PDDU. O edil Geraldo Júnior comentou a importância do tema e considerou que a CMS cumpria seu papel, garantindo a participação da sociedade, cuja contribuição daria subsídio ao edil Léo Prates, relator do Projeto. O senhor presidente informou que 105 sugestões foram apresentadas, das quais 47 foram consideradas inviáveis, 41 viáveis, uma foi encaminhada sem proposta, em uma houve erro de postagem e 15 faltavam ser analisadas. O vereador Léo Prates enalteceu a realização das audiências, considerando que a CMS inovou e que o processo foi amplo e democrático, com mecanismos da modernidade como a utilização do *site* para a recepção de sugestões, e informou que, em 16 de maio, iniciaria a apresentação do relatório. A senhora Lídia Santana avaliou que esse processo era inédito em Salvador, apontando que, pela primeira vez, a comunidade dos arquitetos e urbanistas participou apresentando propostas importantes. Considerou fundamental o tema desta audiência, por tratar do desenvolvimento político-institucional de Salvador, que representa a organização municipal e social, e falou sobre o processo de planejamento e de gestão municipal, destacando os artigos 338 e 339, inciso VI, do PDDU, que tratam do Sistema Municipal de Planejamento e de Gestão (SMPG). Considerou que, graças a esse Título, na próxima revisão do Plano, estariam mais preparados, e destacou o art. 342, sobre a revisão do PDDU, afirmando que ela pode corrigir o rumo do

processo e que o período de revisão é complicado, sendo importantes os dados básicos para o planejamento. Ressaltou que o período de elaboração do PDDU possui três etapas, sendo a primeira, dos Termos de Referência, a etapa da elaboração, que precisa da participação da sociedade. Explicou que a segunda etapa consiste em levantamentos e elaboração dos estudos, sendo a vertente técnica e do saber da sociedade, e que nela são feitos os relatórios com a visão técnica e a da comunidade, culminando no relatório de diagnóstico do Plano. Por fim, disse que a terceira etapa é a da prospecção, na qual se projetam cenários da cidade que se almeja, e concluiu comentando os artigos 344, 356 e 364. O edil Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, passou a compor a Mesa e assumiu a Presidência. O senhor Mário Marcelino comentou sobre o art. 339 do Plano, por ele reputado o mais importante do Título sob discussão, por apresentar os objetivos perseguidos. Apontou, entre eles, os cinco elementos que considera centrais: melhoria dos serviços; eficiência da gestão; obrigações fiscais; elaboração de planos setoriais; e revisão do PDDU, considerando este último o mais importante, por se relacionar à duração do Plano. Também comentou sobre o art. 341, sobre as competências das unidades centrais do SMPG. O vereador Hilton Coelho elogiou os cidadãos frequentadores das audiências e explicou haver solicitado a realização desta em razão de o Título em debate definir relações de poder. Disse que, no Plano anterior, já havia limitações, como o caráter estritamente consultivo atribuído ao Conselho da Cidade, que entendia estarem sendo consolidadas no Projeto, e apontou incoerência do novo PDDU com outras propostas. Considerou que o prefeito ganhava superpoderes, mitigando o poder deliberativo do Conselho e retirando a possibilidade de serem submetidas a ele as alterações do PDDU, e lamentou a extinção do Fórum de Conselhos de Salvador, do orçamento participativo e do plebiscito e referendo, bem como a restrição da coordenação das audiências públicas de planejamento à Prefeitura. Disse que o prefeito seria o chefe do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (FUNDURBS), avaliando que isso ia na contramão da tendência nacional de a vontade popular se expressar mais diretamente e considerando se tratar de mais uma expressão de autoritarismo do gestor municipal, que havia apreendido os contracheques de servidores grevistas. O senhor Daniel Colina disse que não falava em nome do Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB), do qual é membro, e lamentou a inexistência de órgão permanente de planejamento, comentando sobre a ideia de que consultores amparassem as decisões públicas. Historiou as contribuições da sociedade que levaram ao Estatuto da Cidade, destacando a luta pela habitação, e lamentou que não se tivesse chegado a algo definitivo. Defendeu que o Conselho Municipal fosse consultivo e deliberativo e indagou à Mesa se essa possibilidade era prevista na legislação. O senhor Mário Marcelino disse que no Estatuto da Cidade não há a obrigatoriedade de que o Conselho da Cidade seja deliberativo. O

senhor Henrique Barreiros, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), disse que a Minuta do PDDU é semelhante à legislação anterior em algumas partes, mas, em outras, cria um texto completamente novo, e só assume uma posição de compromisso em determinados assuntos. Lembrou que a LOUOS está em elaboração pelo Executivo, já tendo sido realizadas duas audiências, e disse que a legislação mexe com a faixa de borda marítima da Orla Atlântica e defende o indefensável ao dizer que não existe, na Orla Atlântica, acidente geográfico de cumeadas que possam dar continuidade a uma faixa, sobre o quê explicou. Afirmou que o Plano não tem a forma nem o conteúdo mínimo necessário para que pudesse ser chamado de plano e lembrou que o Grupo Vozes, em audiência no Ministério Público (MP), destacou 21 aspectos do Projeto, dos quais selecionou a inexistência de planejamento estratégico, afirmando que isso desobriga o gestor público de executar, o que era comprovado pelo fato de o Plano de Saneamento Básico apresentado ser o mesmo anexado aos PDDUs de 2004 e 2008, e nada ter sido realizado. Lembrou que o PDDU faz menção ao *Plano Salvador 500* e considerou que esse documento poderia ter sido o planejamento estratégico, explicando que este pressupõe dizer de onde viriam recursos e quais seriam as metas a serem perseguidas no prazo de quatro e oito anos, além de obrigar o gestor a fazer algo. Disse que Salvador padece de diversos problemas nas áreas de saneamento, saúde, educação e mobilidade por consequência da ausência de estoque de terras públicas e questionou qual era a estratégia do Município para refazer esse estoque, afirmando que ele foi vilipendiado na ocasião em que o avô do prefeito pôs em prática uma política de criação de mercado de trabalho, que tirou da educação os trabalhadores da construção civil, sucateando o pensamento de Anísio Teixeira sobre a escola integral, a busca de vocações e inclusão social. Disse que o Plano estava sendo claro no que afeta o mercado imobiliário e a construção civil, e que não havia nele uma definição explícita de qual é a matriz econômica. Afirmou que controle social é obrigatório segundo o Estatuto da Cidade e criticou o fato de o Conselho Municipal ter como presidente o secretário de Planejamento, e o Sistema de Planejamento Municipal estar relegado a Subcoordenadoria da Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM), afirmando que o PDDU deve ser coordenado por um grupo de notáveis em suas respectivas áreas. Disse que as oficinas da CMS não foram comunicadas e que, nas oficinas da Prefeitura, não houve uma explicação prévia, para o cidadão comum, do que representa o PDDU, servindo apenas para a legitimação do que o poder público queria, e afirmou que o mesmo estava ocorrendo na CMS. O senhor presidente disse que as oficinas estavam sendo divulgadas e lembrou que elas são sugestões de pessoas e entidades. Informou que, no dia seguinte, haveria a oficina com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e, no dia 19, com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-BA), lembrou que algumas tiveram

de ser adiadas e disse ao senhor Henrique Barreiros que o passaria as próximas datas. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho lembrou que os servidores municipais estavam mobilizados e informou ter se comprometido a estar na reunião a ser promovida pela categoria nesta manhã. O senhor José Luiz afirmou que a CMS é a Casa da democracia e que era preciso se dar respostas, mencionando o fato de uns dizerem uma coisa, e outros, outra coisa. Defendeu o debate sem medo e parabenizou a TV Câmara. Considerou haver dois Brasis, um privado e um público, e que este estava um caos, referindo-se à corrupção. Disse estar indignado e criticou as pessoas que se manifestavam através da imprensa, mas não vinham debater. Disse ainda ter feito greve e considerou preciso se debater sobre os sindicatos. Questionou o medo com relação ao prefeito e mencionou seu avô. Indagou como se resolvia a situação da saúde e da educação, onde estavam os vereadores e se Salvador recebia *royalties*. Mencionou o desemprego no País, disse que os vereadores têm 17 assessores e perguntou o que eles faziam. Disse que Salvador estava entregue à violência e que ainda não tinha entendido muito bem sobre o PDDU, e mencionou o governo da Coreia, afirmando que ele, em vinte anos, revolucionou o país. Também mencionou o mercado imobiliário e disse que as soluções existiam, embora não visse ninguém tomar providências, havendo jovens e policiais morrendo. Criticou o formato da audiência quanto aos tempos de fala e a quantidade de medalhas que a CMS concedia, afirmando que o Município estava pobre. Por fim, considerou haver muito corporativismo e perguntou quais eram as novidades do PDDU. O senhor presidente agradeceu a contribuição e ressaltou que as audiências eram gravadas, registradas em Ata e transmitidas pela TV Câmara. O vereador Léo Prates considerou que o discurso de alguns participantes, muitas vezes, é político e não debate ou contribui com o PDDU. Agradeceu ao edil Everaldo Augusto a contribuição apresentada e solicitou aos presentes que avançassem no envio de sugestões, uma vez que iniciaria, em 16 de maio, a apresentação do relatório. Afirmou que a novidade era a forma, ressaltando não ter havido na Bahia processo tão democrático como esse, e, sobre o conteúdo, convidou o senhor José Luiz para a apresentação do relatório. O senhor Vicentino Queiroz sugeriu que fosse elaborada cartilha sobre o PDDU, explicando os benefícios para cada bairro, tendo o senhor presidente dito não haver mais tempo. O senhor Carl Hauenschild reiterou questionamentos feitos nas audiências anteriores sobre como era feita a gestão do Plano, quais as prioridades e a estratégia de desenvolvimento, que indicadores mediam a situação, e onde estaria o Sistema Municipal de Gestão. Disse que só ficaram os planos urbanísticos, questionou onde estavam os planos setoriais e reiterou que, no Título IX, faltava a instrumentalização para se poder executar a política do PDDU. Protestou sobre como se pretendia fazer o controle da política de desenvolvimento urbano desse Plano sem metas, indicadores ou diretrizes, afirmando que um

plano assim não é implementável e que sem prioridade não adiantava fazer propostas, pois elas viravam acúmulo de desejos que não se realizariam. O vereador Léo Prates perguntou ao senhor Carl Hauenschild, a respeito de sua crítica sobre falta de metas definidas, como essas metas eram previstas no PDDU de 2008. Alguns cidadãos se manifestaram dizendo que o referido PDDU havia sido judicializado, e a senhora Lídia Santana explicou que, na Justiça, o mérito não chegou a ser apreciado. O senhor Daniel Colina observou que a legislação brasileira é tida como uma das mais avançadas do Mundo e leu a disposição legal das atribuições do Conselho Municipal. Disse que, embora fosse morador de Brotas, não havia sido informado da oficina realizada no Solar Boa Vista, e lembrou haver pedido ao vereador Armando Lessa a divulgação desses eventos, considerando fundamental o do dia seguinte, na FIEB, para a qual pediu a participação de outros setores. Sobre a falta de lugar para oficina no Subúrbio, indicou um colégio, em Periperi, dotado de um bom auditório, havendo o senhor presidente explicado que esse lugar fora solicitado, tendo havido recusa. O orador prosseguiu dizendo que a gestão participativa era importante, mas ainda não havia sido implementada, leu o art. 2º do Estatuto da Cidade e contou participar regularmente da Conferência Nacional das Cidades. Afirmou que a participação popular plena não se dá com audiências públicas, mas com um conselho municipal atuante, e considerou que o PDDU deveria constituir um pacto, mas não passava de uma minuta. O senhor presidente explicou que as oficinas aconteciam por iniciativa da sociedade e que a do Solar Boa Vista havia surgido por força dos moradores de Brotas, podendo ter outra edição. Disse que o senhor Sóstenes Souza havia se comprometido a buscar espaço para a oficina no Subúrbio; que a de Cajazeiras tinha sido suspensa em razão dos acontecimentos políticos do próximo domingo; e que a do Sinduscon-BA tinha ficado marcada para o dia 19. O senhor Henrique Barreiros perguntou por que as oficinas programadas não constavam de um papel, e o senhor presidente respondeu que se tratavam de eventos fora do planejamento da CMS, dando o exemplo da oficina da FIEB, que nem sabia se seria aberta ao público, por ser evento promovido por uma entidade. O senhor Daniel Colina disse que a ideia das oficinas era a de fazer um debate participativo com todos. O senhor Henrique Barreiros reiterou a defesa de um PDDU participativo e transparente, afirmando que isso deveria ser esclarecido às instituições, cujos debates deveriam ser abertos, nem que o público figurasse apenas como ouvinte. O senhor presidente disse não ter dito o contrário e que a ideia das oficinas foi para estimular entidades e segmentos a propor o debate e manifestar suas convicções quanto ao Projeto, mas que não poderia convidar para a casa dos outros, embora não visse problema quanto à participação. O senhor Mário Marcelino voltou a falar sobre o papel do Conselho da Cidade. Disse não haver determinação alguma no Estatuto da Cidade que obrigasse o Poder Executivo a torná-lo deliberativo e leu o inciso I do art. 43

do documento, observando nele não haver expressão taxativa de que esse órgão é deliberativo ou consultivo. Disse, ainda, que o art. 235 da Lei Orgânica do Município (LOM), que fala do Conselho Municipal do Meio Ambiente, atribui a ele uma competência consultiva, e concluiu dizendo se tratar de uma questão política. O senhor Carl Hauenschild disse que, no PDDU de 2008, o Conselho era deliberativo, e opinou que, quando se revisava e modificava um Plano, deveriam se justificar as mudanças. O senhor Mário Marcelino disse que o Projeto não estava revisando o PDDU anterior, mas criando um novo. O senhor Carl Hauenschild defendeu se tratar de uma revisão e reiterou a necessidade de haver justificativa quanto à mudança do caráter do Conselho, havendo o senhor Mário Marcelino repisado não haver obrigatoriedade do caráter deliberativo, sendo esse o parecer jurídico. A senhora Cristina Flora lembrou que o senhor Mozart Estrela falara, em audiência anterior, de uma emenda referente ao Cassange e, embora destacando sua importância e dizendo não ter nada contra, esclareceu que ela não tinha sido elaborada pelos moradores da localidade e que, embora fosse sobre o bairro, não significava que ela estava referendada por eles. Ademais, discordou da fala de que o Cassange não teria sido ouvido, afirmando terem realizado a entrega de documentos e sido ouvidos pelo Estado, além de estarem tendo espaço, nas audiências, para falar. Disse, porém, esperar que não acontecesse com a Prefeitura e com a CMS o mesmo havido no Estado que, apesar de os terem ouvido, não rebateu as propostas no Plano do Vetor Ipitanga, enfatizando a diferença entre serem ouvidos e fazerem o que pedem. Afirmou terem o projeto de tornar Cassange um novo polo econômico primário da região e destacou a importância da água lá existente. Disse não quererem perder a característica rural do bairro e fazer algo quanto à sustentabilidade, lembrando a existência de Secretaria municipal com esse foco. Disse, ainda, compreender que a palavra “rural” assuste, pela questão do não-pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mas afirmou que eles não queriam se abster disso, e que o imposto fosse cobrado de algum modo justo. Também disse não ser contra empresário e a se ganhar dinheiro, mas que isso fosse feito de forma harmônica e inteligente, e que os empresários usassem suas habilidades para o bem. Defendeu a necessidade de respeito ao número de habitantes e espaço, afirmando que, antes de casa, há outros aspectos humanos importantes, e reiterou que as características do Cassange precisavam ser respeitadas. Comentou o relatório da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) sobre o empreendimento Coração de Maria, que mostra como é Cassange, lugar com menor número de habitantes e maior índice pluviométrico. Defendeu a necessidade do cultivo de agricultura orgânica em Salvador, dizendo ser possível fazê-lo em Cassange, e disse que, se não rural, poderia ser dado outro nome à região, como ecobairro. Também falou sobre a questão turística, afirmando que as possibilidades em Cassange são infinitas, e concluiu dizendo que ninguém do Movimento

Sem Teto estava pedindo casa em Cassange, e pedindo que se fosse inteligente e criativo nas soluções. O senhor Henrique Barreiros citou o Decreto n. 5.790/2006, que dispõe sobre o Conselho das Cidades (ConCidades), e mencionou seu art. 1º, que trata da natureza deliberativa e consultiva desse órgão colegiado, ressaltando que os Conselhos estaduais e municipais não podem contrariar o entendimento sobre o que é controle social. A senhora Lídia Santana considerou que a deliberação pode ocorrer em vários níveis e citou a Resolução n. 34 do Ministério das Cidades, afirmando que compete ao Conselho emitir orientações e recomendações no intuito de aconselhar, mas não com caráter deliberativo. Comentou a situação de Cassange, bairro inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) de Joanes-Ipitanga, Zona de Uso Diversificado (ZUD), com atividades de baixa densidade, o que considerou dever ser mantido, e comentou a proposta encaminhada pelo MP. Considerou que o Município podia fazer gestão junto ao Estado para o Plano em Cassange ser implementado, mas lembrou que parecia que os moradores não eram favoráveis. Comparou a situação ao ocorrido em Cajazeiras, no passado, e informou que, no mapa da LOUOS, a região tem coeficiente de aproveitamento básico (CAB) igual a 1 e coeficiente de aproveitamento máximo (CAM) igual a 2. O senhor presidente observou que parte do que se discutia era matéria de LOUOS, e não de PDDU. O senhor Naécio Soares explicou ser representante de oito mil famílias de sem-teto, disse que as últimas gestões de Salvador tiveram problemas crônicos com relação a Conselhos e defendeu o funcionamento desses organismos ainda que só de maneira consultiva. Historiou brevemente a evolução do homem até a criação das cidades, mostrando ser antiga a relação entre área urbana e área rural, com o avanço daquela impactando nesta, pediu que o Executivo viabilizasse que a sociedade tomasse seus rumos nessa questão, em vez de se portar como o poder de um faraó, e afirmou que as cidades seguiriam avançando sobre seu entorno, a zona rural, o que demandava parceria entre os dois lados. Afirmou, ainda, que não se poderia negar, passionalmente, a implementação de um grande empreendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), já em adiantado estado de construção, e observou que a Prefeitura é a primeira a saber sobre os projetos desse programa. Defendeu que ela deveria, portanto, programar-se para a efetivação dessas construções e concluiu pedindo a reflexão dos edis, dos demais militantes e da sociedade. O vereador Everaldo Augusto explicou ao senhor Daniel Colina que a oficina de Brotas tinha sido amplamente divulgada, inclusive em três audiências públicas, e que as entidades do bairro tinham a responsabilidade pela divulgação local. Considerou que, sem o controle social, não haveria garantia de que as realizações levariam em conta os interesses da maioria, em vez de atender a uma minoria com interesses econômicos, e opinou que ele deve existir em todos os níveis, incluindo-se a execução. Explicou que o Estatuto da Cidade tratava

do assunto, restando apenas se definirem os limites do caráter deliberativo, e que o Conselho Municipal não era somente de sindicalistas, congregando outras categorias, e tampouco era antagônico ao Executivo. Opinou que o PDDU de 2008 era mais avançado nesse sentido e leu a Seção desse diploma sobre controle social. O senhor Henrique Barreiros disse que o PDDU anterior, sem explicitamente declarar o Conselho consultivo ou deliberativo, fazia uso de verbos que caracterizam certa independência de seus membros e dão abertura para entidades nacionais e estaduais, de atuação local, debaterem, sendo que isso foi suprimido. Considerou não ter havido discussão sobre essa decisão, nem a devida publicidade, sendo uma surpresa quando surgiu como uma sobrevivente da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), e disse que controle social é uma expressão oposta à restrição na definição do Conselho. Em seguida, com relação ao PMCMV, falou sobre a responsabilidade atribuída à Caixa Econômica Federal, com o que não concordou, dizendo que o prefeito é quem tem responsabilidade sobre o que se autoriza e deve coibir a construção de empreendimentos que ridicularizem o Programa. Por fim, afirmou haver muita área cadastrada como sendo do município de Lauro de Freitas que é de Salvador. O senhor Carl Hauenschild retomou a questão do Conselho, explicando que ele fora criado após o exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), cujas Resoluções têm valor jurídico e são vinculadas a leis que determinam seu seguimento. Com esse exemplo, afirmou que Resoluções de um Conselho têm valor jurídico conforme sua vinculação com o sistema legislativo existente e que isso deveria valer para o ConCidades, que tinha que se conscientizar que sua função é o meio urbano. Disse não faltarem exemplos de Resoluções que têm valor de norma e são respeitadas, e opinou que Salvador poderia estabelecer em que aspectos seu Conselho poderia ser deliberativo. Disse ainda que a Lei n. 8.197/2012, sem observar o rito do PDDU, modificou o FUNDURBS, e que isso não poderia ser aceito; que jurista quer decidir tudo a partir da lei, mas que a Cidade precisa de um Conselho com participação efetiva; e que o Plano fazia um retrocesso nesse aspecto. Por fim, indagou como seria possível os planos setoriais ficarem sem coordenação. O senhor José Luiz disse que o Brasil não é sério e tem traços de colônia, e que o povo não toma consciência sobre o poder que é seu. A senhora Cristina Flora contou que a senhora Sol Rodrigues havia retornado da Prefeitura de uma reunião em defesa dos futuros moradores do Residencial Coração de Maria, e esclareceu que ambas não eram contra essas pessoas irem para o Cassange. Criticou o “jogo-de-empurra” entre a Prefeitura e a Caixa sobre as pendências desse empreendimento, explicando que os documentos de posse haviam sido entregues às pessoas, mas as chaves eram negadas. Defendeu que a Caixa cumprisse sua promessa referente aos 6% do valor do empreendimento para financiar obras de infraestrutura, e pediu apoio aos futuros moradores do local sobre essa

e outras questões, lamentando a falta de planejamento e a utilização de sorteio para se obter a moradia. Por fim, explicou a questão de Cassange ser tratado como local esvaziado e apto a receber pessoas do PMCMV, afirmando que esse fundamento era equivocado. O senhor presidente disse que a oradora tinha passado a defender uma nova densidade, e ela respondeu que não se tratava disso, mas, do fato de a obra estar construída e ser aceita. O senhor Henrique Barreiros disse que a Caixa tinha ingerência sobre o PMCMV. A senhora Sol Rodrigues contou que acabara de vir de uma reunião na Caixa, que declarou ser de sua inteira responsabilidade a entrega das chaves das unidades do PMCMV, e que marcaram uma reunião com o gestor no dia seguinte, mas que já souberam que não haveria a entrega das chaves, defendendo explicação sobre o porquê da demora. A senhora Cristina Flora reiterou a responsabilidade da Caixa com os 6%, tendo o senhor presidente dito que a Caixa é órgão financiador do empreendimento e que os recursos vêm do Governo Federal. A vereadora Aladilce Souza informou que estava em reunião com os servidores municipais em greve e registrou convite de oficina da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, no dia 29, às 9h, no Cine Glauber Rocha, para tratar sobre cultura no Centro Antigo. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 7 de abril. Não havendo retificações a serem feitas, o senhor presidente observou o quanto se falara sobre Periperi na referida audiência, reiterando que a oficina nesse bairro estava dependendo de a comunidade encontrar um local, e também observou as falas sobre Cassange, destacando as constantes presenças das senhoras Cristina Flora e Sol Rodrigues e ressaltando que, a despeito das críticas sobre falta de debates, muitos estavam sempre presentes e debatendo. Afirmou que o ideal nem sempre é possível, mas que fariam o melhor possível com relação ao PDDU, destacando o papel dos edis, a possibilidade de emendas e o trabalho da Comissão Técnica, e lembrando o compromisso de não haverem emendas em Plenário, o que considerou uma conquista que faria com que o processo fosse diferente do havido no passado. Voltou a informar sobre os eventos do dia seguinte e do dia 19, e apelou para que a comunidade de Periperi marcasse a oficina do bairro. Lembrou que o vereador Léo Prates remarcaria a de Cajazeiras e que o vereador Everaldo Augusto veria a possibilidade de uma nova em Brotas, e registrou que a vereadora Vânia Galvão havia proposto uma oficina da Comissão da Reparação, cujas informações seriam divulgadas após definição. A vereadora Aladilce Souza informou que, em audiência sobre a saúde, fora constatado que o Capítulo sobre o tema, no PDDU, era muito incompleto e que, por essa razão, decidiu-se pela realização de uma reunião no Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cuja data informaria após definida. Perguntou se as propostas enviadas pela Secretaria da Saúde eram oficiais e considerou isso um problema, em razão de o momento da Prefeitura já haver passado, afirmando que essas propostas não

poderiam ser vistas como simples contribuições, mas uma alteração do Plano feita pelo Executivo. Afirmou ainda que, por causa disso, seria preciso rediscutir o Capítulo em uma nova audiência, observando que, em regra, também deveria ter sido realizada uma nova audiência no âmbito da Prefeitura. O senhor presidente disse que veria com a Mesa Diretora o que seria feito a esse respeito, ressaltando a transparência do processo. O senhor Mozart Estrela sugeriu que uma parte da próxima audiência, no dia 25, fosse destinada à rediscussão do referido Capítulo, tendo o senhor presidente dito que também levaria essa proposta ao conhecimento da Mesa Diretora e informado as datas das próximas audiências. A senhora Lídia Santana lembrou que a última devolutiva ocorreria no dia 25, mas que a Comissão Técnica continuaria a responder as propostas pelo *site*. O senhor presidente concluiu dizendo não haver pressa em se votar e atropelar o processo, e agradecendo a todos que colaboravam com ele. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós, Cyro Serpa, Fernanda Fontainha e Nancy Queiroz, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; e Comissão Especial do PDDU.

ATA SUJEITA A REVISÃO.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão Especial do PDDU